

CONAREDD+

II Reunião Extraordinária – 13 de outubro de 2022

Reunião Online

Participantes

Nome	Instituição	Status
Marcelo Donnini	SAS/MMA	Secretário da SAS/MMA
Clarisse Cruz	DEFLOR/MMA	Presidente CONAREDD+
Mariane Nardi	DEFLOR/MMA	Sec. Executiva CONAREDD+
Antonio Sanches	DEFLOR/MMA	Sec. Executiva CONAREDD+
Antonio Lezama	DEFLOR/MMA	Sec. Executiva CONAREDD+
Alexandre Avelino	DEFLOR/MMA	Sec. Executiva CONAREDD+
Marcio Rojas	MCTI	Suplente
Victor Salviati	FBMC	Suplente
Diogo Rosa	SEDAM/RO	Titular
Letícia Andrade	SEDAM/RO	Suplente
Ricardo Santos	ME	Titular
Matheus Bastos	MRE	Convidado

Pauta proposta

- Informes sobre os Grupo de Trabalho Técnicos da CONAREDD+
- Apresentação da proposta de distribuição dos limites de captação para os Estados do bioma Cerrado
- Apresentação do estado de implementação do Projeto Floresta+ Amazônia
- Abordar demandas dos Estados

Abertura

O Presidente da CONAREDD+ deu boas-vindas ao grupo e fez a chamada para identificar os participantes presentes na reunião. Seguindo a pauta foram abordados os itens abaixo:

Informes

Informou-se aos presentes que o GTT MRV segue elaborando o nível de referência de emissões florestais do Brasil (FREL Nacional), para o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem provido apoio para acesso dos especialistas contratados aos dados do IV Inventário Nacional de Emissões de Gases do Efeito Estufa (IV INGEE). O MMA salientou que a submissão ocorre segundo um calendário estrito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com prazo final em 9 de janeiro de 2023. Contudo, expressou a intenção de trabalhar pela elaboração, validação, aprovação final e encaminhamento à UNFCCC até 31 de dezembro de 2022.

Na sequência, o MMA atualizou o grupo sobre os trabalhos do GTT Salvaguardas, que tem se concentrado em finalizar a base de dados dos indicadores de atendimento de salvaguardas de REDD+ pelo Brasil para o período 2015-2020. Este trabalho se baseou em uma consultoria técnica, que retornou ao GTT Salvaguardas os principais insumos que potencialmente subsidiarão a elaboração do III Sumário de Informações sobre Salvaguardas a ser encaminhado à UNFCCC (III SOI). Chamou atenção para o fato de que a submissão de SOI não segue o mesmo calendário de submissões de FREL, mas que o interesse do MMA é de obter uma versão mais amadurecida do sumário aproximadamente no primeiro semestre de 2023.

Ao finalizar os informes, o MMA frisou que é preocupação do MMA, enquanto presidência da CONAREDD+, que os membros da Comissão estejam bem-informados sobre o andamento destes e de outros processos.

Distribuição dos limites de captação para os Estados do Cerrado

O MMA apresentou ao grupo a minuta de resolução dos limites de captação com base em resultados de REDD+ alcançados no bioma Amazônia. Resgatou o histórico do tema, uma vez que a resolução considera metodologia da Resolução CONAREDD+ no. 6/2020, referente ao bioma Amazônia. Ilustrou no slide a distribuição entre cotas para Estados e governo federal, regra do piso e valores para os anos 2018 e 2019. Os membros foram convidados a avaliar e trazer dúvidas sobre os valores.

A secretaria executiva de REDD+ informou ainda sobre ajustes nos valores 2016 e 2017 da Resolução CONAREDD+ no. 14/2018 devido à finalização do processo de verificação no âmbito da UNFCCC. Valores finais se diferem em menos que 10%, apenas para conformar aos valores avaliados pela UNFCCC – que implicou em acréscimo de, respectivamente, 13,9 e 22,3 milhões de toneladas em cada ano. Indagado pelo representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o MMA explicou melhor o contexto: demandado pelos Estados, o governo adotou a abordagem de emitir as resoluções de distribuição com base em cálculos interinos, o que permitiria acesso mais ágil aos recursos internacionais, mesmo que fossem necessários ajustes como discutidos nesta reunião. Salientou-se ainda que desde a Resolução CONAREDD+ no. 6 existe a previsão de ajustes. O MMA complementou que, no âmbito da UNFCCC, o resultado definitivo é sempre aquele que foi encaminhado à UNFCCC por um anexo técnico sobre REDD+ e avaliado por especialistas internacionais junto a um relatório bienal de atualização (BUR na sigla em inglês). Logo, o resultado é dentro do esperado e o mesmo valor que consta no Lima Info Hub da UNFCCC.

Finalizada a intervenção, a resolução foi aprovada por unanimidade. O MMA salienta que os Estados da Amazônia estão agora habilitados para captarem resultados 2018 e 2019, inclusive utilizando essa aprovação para conduzir as discussões na COP27 a ser realizada agora em novembro de 2022.

Estado de implementação do Projeto Floresta+ Amazônia

MMA realizou a apresentação da estrutura do Floresta+ Amazônia, abordando componentes do projeto, modalidades e chamadas públicas recentes.

A modalidade Conservação fez duas chamadas públicas: a primeira com 70 beneficiários e a segunda aberta até final de fevereiro 2023. O projeto tem atuado sobre seu principal gargalo, que é a validação do CAR, custeando ações de implementação deste cadastro. A revisão da modalidade busca o aumento do alcance, por meio de maior preparação do público e parceiros locais do projeto. O MMA salientou ainda equipes locais tem trabalhado para aproximar o público do projeto, que vai organizar uma oficina com especialistas para avaliar os obstáculos de implementação e solicitou que os participantes da reunião apoiem na divulgação das ações do projeto.

A modalidade Recuperação também está em reformulação, uma vez o nível de implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) nos estados é limitante. A nova lógica de implementação será baseada em instituições implementadoras para implementar e monitorar os PRADA. Informou-se que as equipes chegaram à conclusão de que o valor estava realmente baixo e que oficinas locais construíram cenários com parceiros de implementação, o que vai refletir nos documentos do projeto. O MMA reforçou que o resultado da reorganização da modalidade será informado à CONAREDD+.

A modalidade Comunidades passou pela etapa de pré-seleção de ideias de projetos – foram 259 ideias apresentadas, com equilíbrio de propostas entre povos indígenas e comunidades tradicionais. Em paralelo, um chamamento para Partes Responsáveis aconteceu, habilitando instituições que apoiarão as comunidades na implementação das propostas. Ideias de projeto foram classificadas e as primeiras colocadas serão detalhadas para implementação. Serão discutidos os impactos dos orçamentos individuais para otimizar os recursos da modalidade

Na modalidade Inovação, os programas de ideação e de aceleração estão contratados. Para o programa de Ideação, eventos em RO, PA e AP previstos desde novembro até primeiro semestre do ano que vem, com expectativa de atender 50 jovens participantes por evento. O consórcio Idesam e Wylinka, foi contratado para trabalhar o Floresta+ Ideação. O programa de Aceleração contará com apoio do consórcio Idesam e Sense Lab, com inscrição aberta para negócios a serem acelerados até 31/10. Por fim, o MMA informou sobre edital aberto para contratar especialistas e instituições para implementação dos Programas de Originação, Incubação e Aceleração, aberto até 14/10 e expectativa de implementação durante 2023.

O MMA passa a apresentar o estado de implementação do componente de apoio à ENREDD+ do Projeto Floresta+ Amazônia e do POMUC. Informou que está em discussão a forma de elaboração da revisão da ENREDD+, iniciando com a distribuição de formulários para avaliação da ENREDD+ atual, buscando uma versão revisada mais robusta, com o envolvimento de mais atores. O Info Hub Brasil foi reformulado para permitir o uso por todos os entes elegíveis perante a CONAREDD+, a intenção é usá-lo também para informações sobre salvaguardas. O MMA tem buscado oportunidades de intercâmbios técnicos com outros países sobre REDD+ e Art. 6, por meio de reuniões do SBSTA e outras oportunidades – sobretudo, tendo em vista uma nova chamada do Fundo Verde para O Clima (GCF). A intenção é consolidar os entendimentos em aspectos técnicos dos países florestais que atuam em REDD+, que já tiveram grande esforço para garantir o cumprimento de pontos negociados na UNFCCC e agora enfrentam a perspectiva de lidar com novos requisitos para acesso aos recursos de pagamentos por resultados no âmbito

do GCF. Um posicionamento mais sólido pode evitar que os doadores tragam novos critérios ao GCF, o que pode ter reflexos não apenas para governos, mas também para instituições que trabalham no acesso aos recursos.

Finalizada a exposição, o representante do FBMC perguntou sobre os principais marcos futuros do processo de revisão da ENREDD+. O MMA esclareceu que o processo foi estruturado em 4 grandes blocos: avaliação, revisão participativa, construção da narrativa e validação na CONAREDD+. Ocorreram dificuldades na contratação da avaliação, o que foi contornado por um processo doméstico – primeiro via formulários, depois por eventos participativos. Informou que o requerimento de contato presencial varia entre os públicos e que o MMA tem como prioritário compreender as demandas de cada um. Finalizada a etapa de avaliação pelos formulários já será possível traçar um cronograma.

Demanda dos estados do Cerrado pela elegibilidade pré-COP

O MMA trouxe aos participantes da CONAREDD+ informação de que interlocutores dos Estados demandam por mais uma reunião da comissão antes da COP27 – sobretudo, Estados do Cerrado, buscando a elegibilidade. Pelos prazos regimentais, a única data viável é 31 de outubro, encaminhando até 17 de outubro para o grupo Salientou-se que a demanda partiu do Distrito Federal e que o MMA fará o possível para processar os documentos, cumprir com os prazos, e se colocou à disposição para fazermos outra reunião.

Encerramento

O presidente da CONAREDD+ abriu para eventuais questionamentos do grupo. Sem manifestações, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.